

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CAMPESINATO: DA COLÔNIA AGRÍCOLA AO IF GOIANO CAMPUS CERES

RESUMO

Pretende-se refletir sobre o papel do Estado nas questões inerentes às políticas públicas de formação profissional no Vale de São Patrício, Goiás, no contexto das diversas fases do processo de incorporação, expulsão e reincorporação de trabalhadores rurais, permeado por questões agrárias na mesoregião do Centro Goiano. Busca-se reconstruir fragmentos da história da educação profissional na área de abrangência do IF Goiano *Campus Ceres*, que desde a CANG, evidenciava a vocação agrícola da “Deusa dos Cereais”. Discute-se o papel do Estado, políticas de desenvolvimento regional, colonização agrícola e reforma agrária e correlacionam-se tais questões com o processo de criação do IF em foco, possibilitando uma interface com as questões da educação profissional na região, inferência feita, igualmente, de forma

histórica. Uma investigação documental e bibliográfica em busca de fragmentos históricos que dessem sustentação à correlação pretendida, foi possível observar que em diversos momentos preocupações com a educação e profissionalização de jovens estiveram presentes. As políticas públicas de Estado na região do Vale de São Patrício, historicamente estiveram correlacionadas. Na questão agrária, os discursos da inclusão e equidade estiveram presentes, mas têm apresentado resultados inversos aos preconizados quanto à concentração de renda e riquezas e à consequente exclusão. No que se refere ao ensino profissional, acompanhou o movimento de expansão do capital sob a égide das políticas de Estado, mudando seu foco e prioridades em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Estado, desenvolvimento regional, educação profissional, técnico agrícola.

PUBLIC POLICIES, PROFESSIONAL EDUCATION AND CAMPSINATING: FROM AGRICULTURAL COLONY TO THE GOIANO FEDERAL INSTITUTE CERES CAMPUS

ABSTRACT

This paper aims at reflecting the role of the State in relation to the public policies on vocational formation in the region of Vale de São Patrício, Goiás, in a context of the various phases of the incorporation, expulsion and reincorporation of rural workers, permeated by the agrarian matters in the mesoregion of Centro Goiano. It seeks to reconstruct the fragments of the history of vocational education in the surrounding area of the IF Goiano *Ceres Campus*, which since the CANG, evidenced the agricultural vocation of the “Deusa dos Cereais”. It also discusses the role of the State, regional development policies, agricultural colonization and agrarian reform. These issues are linked to the process of creation of the related IF, allowing an interface with the issues of vocational education in the region as well as the inference by a

historical point of view. Using documentary and bibliographical researches, in search of historical fragments that could give support to the intended correlation, it was possible to observe that in several moments the preoccupations with the education and professionalization of young people were present. The State public policies in the region of Vale de São Patrício have been historically correlated, as well as the agrarian matter, the inclusion and equity discourses. But they have presented opposite results to those recommended, mainly those regarding the concentration of income and wealth and the consequent exclusion. With regard to professional education, it also follows the movement of capital expansion under the aegis of the State policies, shifting its focus and priorities in accordance with development guidelines.

KEYWORDS: Public policies, regional development, professional education, agricultural technician.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO E PROPÓSITOS

Este texto visa refletir sobre o papel do Estado nas questões inerentes às políticas públicas de formação profissional na região denominada Vale de São Patrício, no contexto das diversas fases do processo de incorporação, expulsão e reincorporação de trabalhadores rurais, permeado por questões agrárias na mesorregião do Centro Goiano, estado de Goiás. Buscamos reconstruir fragmentos da história da educação profissional na área de abrangência do Instituto Federal Goiano *Campus Ceres*, que desde o processo de colonização e de reforma agrária, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG, na década de 1940, evidenciava a vocação agrícola da “Deusa dos Cereais” - Ceres. Tal vocação demanda preocupações com a formação técnica dos que atuam direta ou indiretamente na produção agropecuária, estratégia considerada imprescindível à consolidação das colônias agrícolas, tanto a CANG como as demais.

Portanto, discutir o papel do Estado na implantação de políticas de desenvolvimento regional, colonização agrícola e reforma agrária e correlacionar tais questões com o processo de criação da instituição em foco só teria sentido se tais reflexões possibilitassem uma interface com as questões da educação profissional na região, inferência feita de forma histórica.

Nessa perspectiva, por meio de uma investigação documental e bibliográfica em busca de fragmentos históricos que dessem sustentação à correlação pretendida, pudemos observar que em diversos momentos da comunidade sampatriciense, particularmente a ceresina, as preocupações com educação e profissionalização de jovens estiveram presentes.

A questão que norteia o presente texto é saber se tais egressos têm sido preparado para fazer frente e atender às demandas diferenciadas do público e das comunidades em que se insere profissionalmente ou apenas demandas dos grupos hegemônicos, particularmente agroexportador e financeiro?

1.1 O papel do Estado e a interiorização do desenvolvimento: frentes pioneiras e frentes de expansão

Para compreender o processo de desenvolvimento econômico e cultural da região em foco, assim como as interfaces da educação profissional que de alguma forma estiveram presentes nos momentos históricos vivenciados pela comunidade sampatriciense, necessário se faz que sejam dados contornos, sobre a discussão conceitual acerca do papel do Estado nesse processo.

De acordo com Sweezy (1962, p. 287), para Marx e Engels “a finalidade mais alta do Estado é a proteção da propriedade privada e, portanto, o Estado é um instrumento do domínio de classes”. Assim, há que se destacar que a criação da CANG, entendida como uma ação de Estado com vista à interiorização do desenvolvimento, colonização e reforma agrária dos vazios

demográficos, particularmente na região Centro-Oeste, não foi um ato diletante do governante, mas ação planejada de expansão do capital, tendo no Estado seu agente privilegiado de execução.

Ações como essa vão se reproduzindo e se transformando em termos de propósitos e prioridades, à medida que se fazem necessárias mudanças nas estratégias de acumulação do capital. Assim, no contexto da industrialização e das mudanças econômicas pós-Segunda Guerra, entraram em cena o fordismo e o Estado do Bem-Estar Social teorizado por Keynes. Habermas (1987) questiona: Dispõe o Estado intervencionista de poder bastante e pode ele trabalhar com eficiência suficiente para domesticar o sistema econômico capitalista no sentido do seu programa? Afirma que, o Estado Nacional mostrou-se uma moldura demasiado apertada para assegurar adequadamente a política econômica Keynesiana ante o imperativo do mercado mundial e das políticas de investimentos das multinacionais.

Nesses termos, iniciaremos nossas reflexões pelas análises relacionadas ao mencionado processo de criação da CANG, no qual, além da questão agrária, estiveram presentes questões relacionadas à formação profissional de trabalhadores rurais e suas famílias, cujo foco esteve voltado para atividades agrícolas de subsistência e feições camponesas.

1.2 A questão agrária e o papel da educação profissional no Vale de São Patrício

Buscando trazer elementos que subsidiem as análises relativas às questões agrárias no Brasil, particularmente no Vale de São Patrício, destacamos o contexto de criação da CANG e a atual configuração agrária na região analisada, com recortes que permitam comparar as diversas fases da educação profissional e as respectivas fases do movimento de incorporação, expulsão e reincorporação do camponês ao processo produtivo, ora focado na subsistência, ora no mercado local e regional, ora no mercado externo.

Mesmo após a Revolução de 1930, na fase inicial e tardia da industrialização brasileira, a concentração de esforços quanto à produção de gêneros exportáveis, a relação de dependência e o caráter periférico em que se inseria o país economicamente no contexto mundial contribuíram para que fosse mantida a perversa estrutura econômico-social.

Ianni (1978) menciona que nesse período o “modelo dependente de substituição de importações” foi o que norteou as decisões de governo (primeiro governo Vargas), pois as condições econômicas, sociais e políticas internas favoreciam tais ações, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Menciona ainda que essas oportunidades de crescimento somente são possíveis quando das crises das nações hegemônicas, as denominadas “brechas históricas”.

Assim, essa aparente abertura e as ações favoráveis à resolução da questão agrária brasileira em verdade passam a ser, assim como o fim da escravidão, de forma impositiva, decorrência das transformações do capitalismo internacional, conforme esclarece Martins (1975).

Cabe observar que não é pretensão do presente trabalho analisar a questão agrária brasileira, mas enfatizar o período da “Marcha para o Oeste”, quando foram criados e consolidados, em diversas unidades da federação, núcleos de colonização e reforma agrária, dentre os quais o núcleo da CANG.

No período de 1954 a 1965, sabidamente nacional-populista, novamente a questão agrária foi tida como obstáculo ao desenvolvimento na fase denominada de “substituição de importações”, ocorrida no período pós-Segunda Guerra (MARTINS, 1975).

Tantas foram as movimentações e os embates em busca de espaço, que uma nova aliança entre capital industrial e agrário se estabeleceu e deu sustentação ao Estado Brasileiro nas décadas de 1960 a 1980. Nessa fase, mesmo com o advento do Estatuto da Terra, que *grosso modo* e do ponto de vista formal poderia ser visto como um avanço rumo a uma reforma agrária democrática, em verdade, segundo Goodman *et al.* (1985, p. 33-34), redundou no que se denominou “modernização conservadora” (como alternativa à reforma agrária), visto que as ações dela decorrentes focavam o “[...] incentivo à inovação tecnológica e ao aumento da produtividade agrícola, dentro do quadro anterior de forte concentração da propriedade de terra”.

Para Moreira (1993), os agentes, tanto da lógica da acumulação como da lógica cultural, geram novas territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado. A mundialização da cultura técnico-científica foi obra dos investimentos do Estado do Bem Estar Social e se expandiram praticamente por quase toda a superfície mundial. Portanto, as rápidas mudanças operadas no mundo da economia, da técnica e da política são difíceis de serem detectadas. Uma nova ordem, quase linear, vem introduzindo mudanças nas relações capital-trabalho, interferindo nas relações sociais e nos modos de produzir e viver.

No que se refere às questões da educação profissional no mesmo contexto, tal modernização conservadora também se fez sentir na reorganização da educação pela Lei 5.692/71, que tentou massificar a profissionalização no ensino médio. A tentativa de universalização do ensino profissional, sob o pretexto de atender demandas e exigências do mundo do trabalho e da competitividade do mercado de consumo, caracterizou-se em aligeiramento da formação profissional; ela passou a voltada muito mais para o setor de serviços, por serem estes de menores cursos, conforme apontado por GERMANO(2000).

2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM GOIÁS, 1970 E 1980, E SEUS IMPACTOS

Além das políticas públicas de desenvolvimento aplicadas em nível nacional, o governo federal desenvolveu políticas particulares para certas regiões que apresentavam um menor nível de desenvolvimento das forças produtivas. Aqui, região é entendida como unidade reprodutora das relações sociais de produção, sob o princípio de "quando existe uma unificação das relações de produção, mais os processos de concentração e desenvolvimento desigual se exprimem em diferenças regionais" (SORJ, 1980, p.96).

Portanto, as políticas regionais têm de ser analisadas em termos das características do processo de formação e desintegração das regiões, a partir das transformações na estrutura de classes e no surgimento dos padrões de acumulação que redefinem as relações sociais no conjunto da formação social.

Durante os anos 1970 e com menor intensidade na década de 1980, os programas de desenvolvimento regional constituíram-se em um dos principais mecanismos de intervenção do Estado na economia. A maioria tinha forte viés para a promoção de atividades vinculadas à agricultura. Eram financiados por organismos internacionais, com objetivos, concepções e alcances variados, e reuniam um conjunto de instrumentos de intervenção. Além disso, viabilizavam as ações do Estado nas mais variadas áreas, desde a educação até a construção de infraestrutura, foi sempre objeto de fortes disputas políticas, o que, em muitos casos, desviou suas ações e comprometeu seu desempenho e eficácia.

2.1 Políticas de desenvolvimento em Goiás e na região de Ceres

A partir do final da década de 1960, Goiás, fronteira agrícola, tornou-se um importante lugar para a produção de alimentos e ainda mais atrativo para o fluxo migratório. Desde então, ampliou-se a integração de seu território à dinâmica econômica nacional.

No decênio de 1970, o governo militar, por meio de investimentos expressivos que visavam elevar a produção para exportação, e por isso criou ou aprimorou infraestruturas para o seu escoamento, induziu o crescimento econômico da periferia nacional, principalmente na fronteira agrícola. Com isso, a nação experimentou uma “desconcentração econômica”, na acepção de Cano (1998), ao mesmo tempo em que obtinha as maiores taxas de crescimento do globo terrestre.

O desenvolvimento de regiões como o Centro-Oeste contou com significativos aportes do governo federal nesse movimento de desconcentração, embora os atos autoritários desarticulassem os movimentos que buscavam dar noção de uma identidade própria aos núcleos agrícolas. Por outro lado, não podemos perder de vista que a proximidade geográfica com o núcleo dinâmico nacional (São Paulo) exerceu influência em tais medidas.

No âmbito nacional, no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), consideráveis recursos se canalizaram para Goiás, via Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), criado em 1973 pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O PLADESCO, que vigorou entre 1973 e 1974, procurava conciliar seus objetivos com o elenco nacional de propriedades referentes a migrações internas e às exportações, ou seja, incorporar novas áreas de produção, desenvolver o meio urbano e a agroindústria. Nesse sentido, havia a necessidade de ações em pontos estratégicos que oferecessem melhores condições e potencial para o atendimento dos objetivos traçados. Assim, na

região que hoje representa o Centro-Oeste, especificamente para Goiás, foram escolhidas duas áreas-programa, onde Ceres e Anápolis compreendiam o espaço geoeconômico sob influência da nova capital federal, contudo orientado no sentido norte-sul, seguindo a BR-060, aproveitando seu potencial exportador, tendo em vista a existência de infraestrutura de transporte CARVALHO (1998).

Na mesma perspectiva de análise, mencionamos o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), concebido para estimular o crescimento da empresa agrícola tecnificada. O objetivo geral do POLOCENTRO era incorporar 3 milhões de hectares de cerrado à agropecuária, sendo 1,8 milhão com lavouras no período 1975 a 1979. Conforme Carvalho (1998), em 1975 e 1976 o valor do crédito rural concedido ao Centro-Oeste foi superior ao valor bruto da produção agrícola da região. Foram previstos investimentos na ordem de US\$ 1,8 bilhão e foi destinado US\$ 1,5 bilhão para pesquisa, crédito agropecuário e incentivos fiscais.

Incontestavelmente, o POLOCENTRO colocou Goiás em uma posição de maior destaque no cenário nacional. As políticas públicas, além de ampliarem a forma de inserção da agricultura no processo da acumulação capitalista e superação gradual do arcaísmo tecnológico, foram e têm sido decisivas na aceleração do processo de diferenciação e diversificação da produção agrícola.

Entretanto, quando caracterizamos as estratégias de políticas públicas de investimento na região, cabe mencionar os impactos secundários que vão além dos discursos que trazem em seus conteúdos explícitos promessas de inclusão, de equidade de oportunidades, de um Eldorado. À luz de informações levantadas pelos autores, é possível inferir que ocorreu uma reconfiguração agrária com a reconcentração da propriedade da terra e a pecuarização da atividade produtiva, em um primeiro momento, assim como ocorreu, nos anos de 1990, um direcionamento do uso da terra para fins sucroalcooleiros, que passaram a demandar profissionais técnicos do segmento.

Carvalho (2015), como base em dados dos censos agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006 e parciais do Censo 2010 e fundamentado em Martins (1975), que analisa as transformações decorrentes das frentes de expansão e das frentes pioneiras de assentamentos¹, sendo possível inferir que os camponeses expressaram sua identidade cultural, mas certamente em situações diferentes e de forma distinta, ora como atores principais, como na implantação da CANG, ora como excluídos, ora na qualidade de coadjuvantes do processo.

Uma alternativa dos migrantes sem oportunidade de acesso às terras na fase de implantação da CANG, assim como os que foram posteriormente expulsos pelo processo de pecuarização, foi a busca de espaços na região do

¹ Martins (1975) aponta, em relação a tais frentes e à cultura camponesa, o processo de ocupação e a posterior expulsão e ainda uma nova reincorporação desse camponês em novas frentes de expansão e, no caso de assentamentos recentes, em frentes pioneiras.

entorno de Ceres e em outras mais distantes, como a região de Trombas e Formoso, caso analisado por Carneiro (2014).

Além de Ceres, outras cidades sampatricieenses surgiram: em um primeiro momento, Carmo do Rio Verde, Rialma e Rubiataba, assim como, um pouco mais tarde, Nova Glória e Santa Isabel, emancipadas politicamente respectivamente em 1980 e 1982.

A opção por incluirmos tais municípios, além da cidade-foco – Ceres – que sedia um *Campus* do IF Goiano, dá-se pelo fato de que todos surgiram como aglomerações urbanas no contexto da criação da CANG e estão circunscritos num raio abaixo de 50 km de Ceres, assim como pelo fato de que sempre foi significativo o número de alunos oriundos dessas cidades.

Além disso, para melhor descrever o processo de pecuarização ocorrido nas décadas de 1960 a 1980, assim como nas décadas posteriores, quando gradativamente ocorreu a substituição das pastagens e das remanescentes áreas destinadas à produção de grãos pelas lavouras da monocultura da cana-de-açúcar, é pertinente que seja dado um caráter mais regional e abrangente às informações levantadas.

Na mesma perspectiva, Moreira *et al.* (2009) avançam em termos de análise recente da questão terra, renda e pobreza rural, a asseveram que o processo de desconcentração de renda no meio rural brasileiro de 2001 a 2005 não foi significativo o suficiente para alterar o processo histórico de concentração de pobreza no setor, pois sua redução se deu à custa dos mais pobres.

Sem a ilusão de que uma distribuição mais equânime de riquezas seria uma tarefa fácil, cabe mencionar que tais dificuldades históricas são ainda atuais no Brasil. Elas ocorreram inclusive durante o Governo Lula. Como consequência, as diversas políticas públicas têm sido apontadas pela literatura especializada como concentradoras de riquezas e pouco equitativas.

Tal fenômeno pode ser igualmente observado nas atividades inerentes à indústria sucroalcooleira. No que se refere à pecuária, seus impactos em relação à geração de empregos e renda são bem diversos daqueles observados na agricultura.

Particularmente no que se refere à pecuária de corte, tais discrepâncias são mais facilmente percebidas. Enquanto uma lavoura geralmente demanda uma significativa quantidade de força de trabalho braçal e mecanizado, gerando emprego e renda, na pecuária de corte o zelo com o gado para fins comerciais demanda um trabalhador, não necessariamente tão qualificado e mal remunerado, que cuida de até 700 cabeças, contando ainda com a ajuda dos familiares, que não são remunerados diretamente e dessa forma vai se reproduzindo e proliferando a pobreza.

O movimento de substituição de pastagem degradada por lavouras de cana-de-açúcar visando à produção sucroalcooleira tem gerado apreensão para estudiosos dos diversos campos do conhecimento científico agropecuário e das ciências sociais e humanas. Atividades agroexportadoras de significativa relevância à pauta de exportações brasileiras, tanto o complexo carnes como o do açúcar e álcool possuem processos produtivos que demandam grandes extensões de terra, portanto são concorrentes (pastagens *versus* lavouras de cana-de-açúcar).

Tais decisões trazem outros transtornos e impactos socioambientais, como os que têm acontecido nos umbrais da Amazônia Legal, causando arrepios até mesmo aos leigos e não militantes das causas ambientais e de sustentabilidade planetária, conforme Gurgel (2011).

A esse respeito, dentre as conclusões de Carvalho (2015), foi possível apontar claramente o processo de concentração de terras, assim como, em função da mecanização agrícola e da pecuarização na região, a diminuição do contingente de trabalhadores rurais, particularmente os proprietários camponeses. Tal transformação passou a demandar uma força de trabalho técnico distinta daquela que emergiu quando da implantação da CANG, conforme veremos.

2.2 Mudanças tecnológicas em Goiás

O processo de constante criação de inovações, de cuja administração depende a valorização relativa dos lugares, pela exacerbação das especializações produtivas e conseqüente reestruturação do território, constitui um dos traços mais marcantes da contemporaneidade. Com a introdução de novas tecnologias, modificam-se as relações de trabalho e ocorre a redução da participação dos custos do trabalho no total dos custos da produção.

É nesse contexto de emergência de novos padrões tecnológicos, a partir da dinâmica de reprodução do capital, que podemos compreender a reestruturação do espaço produtivo que vem se configurando nas áreas de expansão da agricultura moderna no cerrado de Goiás, as novas relações de trabalho emergentes nessa fronteira do capital e a nova organização da sociedade.

Comentando a crise da modernidade, Gorz (2003) sustenta que ela indica a necessidade da modernização modernizar-se. Nessa crise, a racionalidade econômica se expressa na transformação técnica que permite produzir mais e melhor em menos tempo, significando economizar, ou seja, movimentar os fatores de produção da maneira mais eficaz possível.

O capitalismo contemporâneo vem passando por transformações profundas geradas com a revolução científico-tecnológica. Destaca-se o papel do conhecimento como principal força produtiva, por gerar, segundo Maciel

(1999, p.211), "uma nova configuração da sociedade do conhecimento, informatizada, que transforma concepções de trabalho e estilos de vida, gera novos padrões culturais, novas relações entre trabalho e lazer".

As técnicas combinam-se em determinados momentos e lugares. Na modernidade radicalizada em que vivemos, sob o signo do avanço da ciência, produzem-se sistemas de técnicas comandados pela informação que aceleram o processo histórico e ganham novo poder, à medida que dominam os princípios da seletividade e da hierarquização vinculados aos lugares dotados de técnicas hegemônicas. Desse modo, se há permanências, também há destruição de tempos, significando aumento da desigualdade. Entretanto, para Santos (1999) modernidade não significa simplesmente avanço do capitalismo, pois incorpora também os "homens lentos".

Vivemos uma fase de permanente revolução tecnológica em que a criação de riqueza é inversamente proporcional à criação de emprego, pois a automação substitui a mão de obra. Ao mesmo tempo, a concentração e centralização do poder tecnológico, político e militar em poucas mãos e países, como jamais se viram na história, dá lugar a uma globalização a partir de cima com exclusão social crescente (SEGRERA, 1999). Nessa direção, reconhecemos a importância de traduzir a ação territorializadora da técnica no cerrado goiano, fronteira de difusão espacial do capitalismo, bem como suas repercussões no mundo do trabalho e seus impactos no campesinato.

É necessário apontar também que, mesmo ocorrendo o processo de reassentamento como tem sido observado na região de Ceres, acompanhado do movimento de expansão sucroalcooleira, é possível inferir que as usinas da região demandam, além da mão de obra dos trabalhadores rurais, os alimentos da cesta básica, fundamentalmente produzidos pela agricultura familiar, e tal necessidade cria elementos favoráveis aos assentamentos. No caso da cidade de Goianésia (a 70 km de Ceres), os assentamentos estão circunscritos a um raio de menos de cinquenta quilômetros da cidade, incluindo os de Santa Rita do Novo Destino e Vila Propício.

Embora aparentemente tenha havido novas inclusões de assentamentos oficiais de camponeses, assim como na região também existam novos acampamentos e áreas em fase de negociação, isso não indica, por si só, que a mão do Estado esteja atendendo às reivindicações e aos interesses desse segmento, mas, ao contrário, responde novamente aos interesses do capital agroexportador e aos interesses recentes em torno das questões do etanol. Essas ações vinculam-se ao grande capital financeiro nacional e internacional, conforme já apontado por Gurgel (2011).

Considerando o processo de transformação das demandas do mundo do trabalho decorrentes da implantação das políticas de desenvolvimento regional em Goiás e seus reflexos, passaremos a descrever momentos históricos da educação profissional no estado e seu papel no que se refere ao perfil de formação técnica da força de trabalho, especificamente na área de abrangência do Vale de São Patrício, onde se localiza o referido campus do IF Goiano.

2.3 O papel histórico do ensino técnico na região de Ceres

Ao analisarmos os fatos históricos descritos neste subtópico visando trazer elementos que apontem interfaces entre as questões agrárias e as educacionais como fatores de desenvolvimento da região, foi possível evidenciar a presença e a polarização das demandas educacionais desde a criação da CANG até o contexto atual do IF Goiano *Campus Ceres*.

Quando da criação da colônia, estruturação de escolas era uma das prioridades, visto que “o colono tinha acesso gratuito a terras e benefícios. [...] eram casas, ferramentas [...], assistência hospitalar, remédios e escolas” (ANDRADE, 2006, p.39).

Ao analisar as ações ligadas à educação na CANG, necessário se faz reportar ao nome da primeira supervisora das escolas primárias da colônia, professora Helena Andrade Araújo, que, além das orientações pedagógicas, com auxílio de um agrônomo, suas capacitações mobilizavam os professores para que eles pudessem “[...] despertar nos alunos, o gosto pelos trabalhos agrícolas, o amor a terra e que a vida no campo é saudável” (ANDRADE, 2006, p.64), o que caracteriza ações de educação profissional voltadas à produção agropecuária.

No que se refere ao ensino profissional, Andrade (2006) destaca a Escola Batista, cuja proposta de formação era similar ao modelo Escola-Fazenda² e seu caráter de formação profissional, com destaque para o casal Horace e Salle Ann Fite, que iniciaram seu trabalhos no Brasil em Corrente, no Piauí, de onde trouxeram para Ceres, em 1958, a experiência de funcionamento de uma escola profissionalizante de 1º grau voltada para a produção agropecuária.

Ao acolherem jovens predominantemente pobres e analfabetos³, proporcionando-lhes formação cultural, moral e técnica e assim possibilitando que eles se realizassem como cidadãos e como pessoas, os Fite tinham convicção de que estavam cumprindo seu trabalho missionário.

Ao darmos relevo à experiência da Escola Batista, descrita por Andrade (2006), buscamos correlacionar as experiências educacionais do período da CANG à fase de implantação da Escola Agrotécnica Federal de Ceres nas modalidades educacionais decorrentes das sucessivas legislações. Tal inferência é possível, visto que o ensino profissional técnico de 1º grau, inclusive a concomitância externa em relação ao ensino médio e pós-médio, não foi uma novidade surgida com a fundação da Escola Agrotécnica, mas já fez e faz parte da história do Vale de São Patrício.

2 Segundo Koller e Sobral (2010, p. 224), “o sistema escola-fazenda foi introduzido no Brasil em 1966, decorrente da implantação de ações [...] CONTAP II (Convênio Técnico de Aliança para o Progresso, MA/USAID) para suporte ao ensino agrícola de grau médio”.

3 Chegavam alunos de 13 anos acima da Bahia, Piauí, Maranhão e de Goiás. Lá eram alfabetizados e aprendiam a trabalhar na agricultura: plantar arroz, milho, feijão, mandioca e fazer criações de suínos, bovinos e de aves, além do trabalho com a criação do bicho-da-seda (ANDRADE, 2006, p 78).

Conforme mencionado, ao apontarmos aspectos que evidenciam a vocação educacional de Ceres, além da agrícola, referendamos análises que facultem inferir que os movimentos reivindicatórios de formação profissional caminharam em cada período histórico com o movimento dos interesses do capital fundiário e produtivo.

É possível inferir que a Escola Agrotécnica Federal de Ceres foi criada dando continuidade a movimentos históricos anteriores, visando à formação de técnicos em agropecuária com o objetivo de continuar a trazer conhecimentos atualizados e assim colaborar com a “modernização da agricultura” em Goiás. Entretanto, considerando a assertiva de Enguita (1993, p. 18), “[...] de que a história da educação e das escolas e suas pedagogias não é nada parecida com um *continuum*”, faz-se necessário entender que modernização é esta, pois o que se presenciou foram movimentos de expulsão e reincorporação do pequeno agricultor familiar. Há que se ressaltar que a formação técnica voltada para atender à pequena, média ou grande propriedade guarda especificidades, pois são realidades historicamente diferenciadas.

2.4 O perfil do técnico agrícola formado pelo IF Goiano *Campus* Ceres

Na trajetória da educação profissional agrícola brasileira, em diversas fases, as políticas públicas foram implantadas com o intuito de formar técnicos para atender aos interesses hegemônicos, mais como políticas de governo que propriamente de Estado.

No final do século XIX e no século XX, o ensino agrícola no Brasil, especificamente o técnico-operacional, tinha como um de seus objetivos a formação de jovens de origem humilde, passando pela fase de criação das primeiras escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, e das primeiras escolas agrotécnicas federais no estado de Goiás, em Urutaí, Rio Verde e Ceres, respectivamente em 1953, 1967 e 1994 (CARVALHO, 2015).

Entretanto, ao estudar o perfil dos egressos do curso Técnico Agrícola do *Campus* Ceres no interregno de 1997 a 2007, o referido autor constatou que tais técnicos, em suas trajetórias formativas, vivenciaram experiências que facultaram o desenvolvimento de um perfil cidadão do mundo, seja para o agronegócio, agricultura familiar ou mesmo em outros ramos, visto que a formação integral foi e continua a ser importante para enfrentar, assegurar a sobrevivência e tomar decisões em situações no mundo do trabalho, ressaltando que a trajetória formativa e formação cultural, técnica e humana foi proporcionada nos três anos de integralização do curso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazermos elementos que fundamentem discutir políticas públicas de desenvolvimento regional, colonização agrícola e reforma agrária enquanto políticas de Estado, correlacionado tais informações ao processo histórico de formação técnico-profissional das forças de trabalho na região do Vale de São Patrício, inferimos aspectos implícitos nos discursos dos referidos Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento que, embora destaquem objetivos inclusivos e equitativos, têm apresentado resultados inversos aos preconizados, particularmente quanto à concentração de renda e riquezas e à consequente exclusão. Como exemplo, podemos destacar a questão dos camponeses desde o advento da CANG nos anos de 1940. À ocasião foram incorporados e posteriormente expulsos, para, mais recentemente, novamente serem atraídos e reincorporados ao processo produtivo da região.

No que se refere ao ensino técnico profissional, ele igualmente acompanha o movimento de expansão do capital sob a égide das políticas de Estado, mudando seu foco e prioridades em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento econômico.

Em relação ao perfil do egresso, particularmente em relação ao curso e à instituição pesquisada, a intervenção da comunidade acadêmica e local, de forma consciente ou não, possibilitou ao IF Goiano *Campus Ceres* enfrentar as reformas que fizeram parte de sua história institucional. Isso facultou a preservação do compromisso com a qualidade do curso técnico, como foi explicitado pelos egressos em seus depoimentos, além de tais informações terem sido referendadas em sua empregabilidade em diversos segmentos do mercado: agricultura familiar, média e grande propriedade e no contexto das atividades dos distintos ramos do agronegócio. Os egressos apontaram, igualmente, que a formação recebida tem sido facilitadora de acesso e desempenho em cursos e no ensino superior, tanto na área agrícola como outras de formações.

Pela similaridade de cultura organizacional com os demais Institutos Federais que ofertam o curso Técnico Agrícola integrado ao nível médio, é possível fazer algumas generalizações, particularmente onde antes da criação dos Institutos, em 2008, existia uma Escola Agrotécnica Federal. Pela sua forte cultura institucional agrícola, a instituição mantém algumas de suas características fundantes e estruturais, mesmo após a criação de novos cursos técnicos, licenciaturas e bacharelados de áreas correlatas ou, em muitos casos, de áreas totalmente distintas das ciências agrárias (como as licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática). Entretanto, há que se ter o devido cuidado em relação aos aspectos específicos da territorialidade e da trajetória histórica de cada unidade, o que demandaria novas pesquisas.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. L. de **Reforma agrária**: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). 2. ed. Goiânia: KELPS, 2006.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. 2. ed. rev. aum. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1998.

CARNEIRO, M. E. F. **A revolta camponesa de Trombas e Formoso**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com Fundação Maurício Grabois, 2014.

CARVALHO, J. O. de (Coord.). **Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste: Relatório Final**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1998. Mimeografado.

CARVALHO, M. A. **Técnico agrícola no Brasil**: Entre o proposto e o real. Curitiba: APPRIS, 2015.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**: 1964 a 1985. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOODMAN, D. E. et al. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 31-55, 1985.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GURGEL, A. C. Impactos da política americana de estímulo aos biocombustíveis sobre a produção agropecuária e o uso da terra. **RESR**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 181-214, jan./mar. 2011. (Impressa em maio 2011).

HABERMAS, J. A nova intransparência. In: **Novos Estudos**. Nº. 18. Setembro, São Paulo, 1987. p. 103-114.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOLLER, C; SOBRAL, F. A construção das escolas agrotécnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 220-243.

MACIEL, M. L. Racionalidades do capitalismo contemporâneo. In: SOUZA, J. de (Org). **O malandro e o protestante**. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MOREIRA, R. C. *et al.* Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. **RESR**, Piracicaba, v. 47, n. 4, p. 919-944, out./dez. 2009 (Impressa em dezembro 2009).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEGRERA, F. L. Alternativas para a América Latina às vésperas do século XXI. In: HELLER, A. et al. (Org.). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SWEEZY, P. M. **Teoria e Desenvolvimento Capitalista.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1962.